

Sociedade
Beneficente de
Senhoras Hospital
Sírio-Libanês

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2017 e 2016**

Conteúdo

| | |
|---|-----------|
| Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras | 3 |
| Balancos patrimoniais | 6 |
| Demonstrações de resultados | 7 |
| Demonstrações de resultados abrangentes | 8 |
| Demonstrações das mutações do patrimônio líquido | 9 |
| Demonstrações dos fluxos de caixa (método indireto) | 10 |
| Notas explicativas às demonstrações financeiras | 11 |



KPMG Auditores Independentes
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500, Fax +55 (11) 3940-1501
www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos
Conselheiros e Diretores da
Sociedade Beneficente de Senhoras Hospital Sírio-Libanês
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Sociedade Beneficente de Senhoras Hospital Sírio-libanês “Sociedade”, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Sociedade Beneficente de Senhoras Hospital Sírio-libanês em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação a Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.



- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 17 de abril de 2018

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Marcos Antonio Boscolo
Contador CRC 1SP198789/O-0

Sociedade Beneficente de Senhoras Hospital Sírío-Libanês

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2017 e de 2016

(Em milhares de Reais)

| Ativo | Nota | 2017 | 2016 | Passivo | Nota | 2017 | 2016 |
|---|-------------|------------------|------------------|--------------------------------------|-------------|------------------|------------------|
| Circulante | | | | Circulante | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 4 | 173.379 | 246.321 | Fornecedores | 7 | 155.897 | 118.644 |
| Títulos e valores mobiliários | 4 | 57.726 | 61.702 | Obrigações trabalhistas | 8 | 77.620 | 72.086 |
| Contas a receber de pacientes e convênios | 5 | 464.638 | 357.226 | Empréstimos e financiamentos | 9 | 72.937 | 80.809 |
| Estoques | | 47.036 | 32.611 | Outras contas a pagar | 10 | 57.546 | 63.978 |
| Outras contas a receber | | 43.032 | 15.886 | Provisão para gastos com filantropia | 16 | - | 55.693 |
| | | <u>785.811</u> | <u>713.746</u> | | | <u>364.000</u> | <u>391.210</u> |
| Não circulante | | | | Não circulante | | | |
| Realizável a longo prazo | | | | Empréstimos e financiamentos | 9 | 390.191 | 495.208 |
| Depósitos judiciais | 11 | 65.338 | 54.839 | Provisões para contingências | 11 | 7.344 | 5.151 |
| Outras contas a receber | | 381 | 694 | | | <u>397.535</u> | <u>500.359</u> |
| Contas a receber - partes relacionadas | 20 | 21.016 | 5.165 | | | | |
| Imobilizado | 6 | 1.451.876 | 1.422.224 | | | | |
| | | <u>1.538.611</u> | <u>1.482.922</u> | Patrimônio líquido | 12 | | |
| | | | | Patrimônio social | | 1.469.435 | 1.211.800 |
| | | | | Doações acumuladas | | 46.923 | 46.923 |
| | | | | Reserva de reavaliação | | 46.529 | 46.376 |
| | | | | | | <u>1.562.887</u> | <u>1.305.099</u> |
| Total do ativo | | <u>2.324.422</u> | <u>2.196.668</u> | Total do passivo | | <u>2.324.422</u> | <u>2.196.668</u> |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Sociedade Beneficente de Senhoras Hospital Sírrio-Libanês

Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016

(Em milhares de Reais)

| | Nota | 2017 | 2016 |
|--|------|-----------------------|-----------------------|
| Receitas operacionais | 13 | 1.970.501 | 1.846.540 |
| Custos e despesas operacionais | | | |
| Medicamentos, materiais e serviços médicos | 14 | (735.459) | (641.100) |
| Despesa com pessoal e encargos | 15 | (565.277) | (497.697) |
| Despesas administrativas e gerais | 16 | (354.379) | (301.888) |
| Depreciações e amortizações | | (75.650) | (68.927) |
| Outras receitas (despesas) operacionais líquidas | 17 | <u>33.618</u> | <u>(68.706)</u> |
| | | (1.697.147) | (1.578.318) |
| Superávit operacional antes do resultado financeiro | | 273.354 | 268.222 |
| Receitas financeiras | 18 | 40.658 | 78.043 |
| Despesas financeiras | 18 | <u>(56.224)</u> | <u>(88.056)</u> |
| Despesas financeiras, líquidas | 18 | <u>(15.566)</u> | <u>(10.013)</u> |
| Superávit do exercício | | <u>257.788</u> | <u>258.209</u> |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Sociedade Beneficente de Senhoras Hospital Sírio-Libanês

Demonstrações de resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016

(Em milhares de Reais)

| | 2017 | 2016 |
|-----------------------------------|-----------------------|-----------------------|
| Superávit do exercício | <u>257.788</u> | <u>258.209</u> |
| Resultado abrangente total | <u><u>257.788</u></u> | <u><u>258.209</u></u> |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Sociedade Beneficente de Senhoras Hospital Sírio-Libanês

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016

(Em milhares de Reais)

| | Patrimônio social | Doações acumuladas | Reserva de reavaliação | Superávit acumulado | Total |
|--|--------------------------|---------------------------|-------------------------------|----------------------------|------------------|
| Saldos em 31 de dezembro de 2015 | 953.439 | 46.923 | 46.528 | - | 1.046.890 |
| Realização da reserva de reavaliação | 152 | - | (152) | - | - |
| Superávit do exercício | - | - | - | 258.209 | 258.209 |
| Incorporação do superávit ao patrimônio social | 258.209 | - | - | (258.209) | - |
| Saldos em 31 de dezembro de 2016 | 1.211.800 | 46.923 | 46.376 | - | 1.305.099 |
| Realização da reserva de reavaliação | 152 | - | (152) | - | - |
| Superávit do exercício | - | - | - | 257.788 | 257.788 |
| Incorporação do superávit ao patrimônio social | 257.788 | - | - | (257.788) | - |
| Saldos em 31 de dezembro de 2017 | 1.469.740 | 46.923 | 46.224 | - | 1.562.887 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Sociedade Beneficente de Senhoras Hospital Sírio-Libanês

Demonstrações dos fluxos de caixa (método indireto)

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016

(Em milhares de Reais)

| | 2017 | 2016 |
|---|------------------|------------------|
| Fluxo de caixa da atividades operacionais | | |
| Superavit do exercício | 257.788 | 258.209 |
| Ajuste por | | |
| Depreciação e amortização | 75.650 | 68.927 |
| Provisão para devedores duvidosos | (3.020) | 42.352 |
| Juros de empréstimos e financiamentos | 32.883 | 40.140 |
| Atualizações monetárias e variações cambiais, líquidas | 8.924 | (1.676) |
| Provisão para gastos com filantropia | (55.693) | 30.358 |
| Resultado na venda de ativos imobilizados | 882 | 1.415 |
| Aumento (redução) em provisões de contingências | 2.193 | (1.507) |
| | <u>319.607</u> | <u>438.218</u> |
| Variações nos ativos e passivos | | |
| (Aumento) redução dos ativos | | |
| Títulos e valores mobiliários | 3.976 | (12.902) |
| Contas a receber de pacientes e convênios | (104.392) | (128.749) |
| Estoques | (14.425) | (4.622) |
| Outras contas a receber | (42.684) | (2.225) |
| Depósitos judiciais | (10.499) | (9.245) |
| Aumento (redução) dos passivos | | |
| Fornecedores | 37.253 | (661) |
| Obrigações trabalhistas e tributárias | 5.534 | 11.968 |
| Outras contas a pagar | (6.432) | 30.715 |
| | <u>187.938</u> | <u>322.497</u> |
| Caixa gerado pelas atividades operacionais | 187.938 | 322.497 |
| Fluxo de caixa das atividades de investimentos | | |
| Aquisição de ativo imobilizado | (106.184) | (85.096) |
| | <u>(106.184)</u> | <u>(85.096)</u> |
| Caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos | (106.184) | (85.096) |
| Fluxo de caixa das atividades de financiamentos | | |
| Emprestimos e financiamentos | | |
| Amortização do principal | (121.984) | (98.430) |
| Amortização dos juros | (32.712) | (38.680) |
| | <u>(154.696)</u> | <u>(137.110)</u> |
| Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento | (154.696) | (137.110) |
| (Redução) aumento de caixa e equivalentes de caixa | (72.942) | 100.291 |
| Demonstração da (redução) aumento do caixa e equivalentes de caixa | | |
| No início do exercício | 246.321 | 146.030 |
| No fim do exercício | <u>173.379</u> | <u>246.321</u> |
| (Redução) aumento de caixa e equivalentes de caixa | (72.942) | 100.291 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Valores expressos em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Sociedade Beneficente de Senhoras Hospital Sírio-Libanês (“Sociedade”), fundada em 1º de dezembro de 1921, é uma associação civil de direito privado de caráter beneficente, social e científico, sem finalidade de lucro, dotada de autonomia patrimonial, administrativa e financeira. A Sociedade tem por objeto a promoção de obras de assistência social e a prestação de serviços hospitalares.

- **Hospital:** Oferece assistência médica, que engloba todas as etapas do cuidado com a saúde. Atendimento médico de emergência, unidade de terapia intensiva, ampla medicina diagnóstica, internações terapêuticas de alta complexidade, reabilitação, núcleos, centros de especialidade, dentre outros serviços. Para garantir a excelência do cuidado com os pacientes, oferece programas integrados de ensino e pesquisa a fim de manter todos os profissionais de saúde com conhecimento atualizado. A prática assistencial está alinhada às principais tendências médicas na área da saúde. Com a organização de serviços especializados de Medicina Avançada, qualificamos o cuidado médico na instituição. A Medicina Avançada é estruturada por núcleos e centros de especialidades médicas com o envolvimento de profissionais interdisciplinares. O Hospital olha para o futuro desses centros e os vêem como uma fonte expressiva para a revelação e a retenção de novos talentos. Dessa forma, o conceito dos Núcleos e dos Centros de Medicina Avançada contribuiu significativamente para a qualidade do Corpo Clínico. Hoje, os médicos do Hospital estão reunidos em torno de seus Centros de Especialidades, com intercâmbio de experiências, o que possibilita mais informação e melhor atendimento.
- **Responsabilidade social:** A filantropia constitui o pilar social de nosso trabalho. É baseada em fazer mais para quem mais precisa e no protagonismo da nossa coletividade. Esse processo se dá por meio das políticas públicas de saúde voltadas aos cidadãos com acesso restrito a serviços de qualidade. A política que estabelecemos com nossos projetos filantrópicos visa a apoiar o Sistema Único de Saúde (SUS) no sentido de auxiliá-lo em seu desenvolvimento contínuo. Por esse motivo, nossas ações filantrópicas buscam compartilhar o conhecimento adquirido pela instituição para que as políticas coletivas de saúde e redes públicas de atenção médica tenham parâmetros mais eficazes e eficientes a fim de garantir a universalidade e integralidade da assistência aos cidadãos em geral. Diante disto, em 2017 desenvolvemos juntamente com o Ministério da Saúde, os Projetos filantrópicos abaixo:

Projetos filantrópicos

- Ambulatório de Especialidades em Pediatria Social
- Gestão da Clínica nas Redes
- Tratamento Cirúrgico de Pacientes com Doença de Parkinson por Meio de Implante Estereotáctico de Estimuladores Cerebrais Profundos
- Projeto Câncer de Mama
- Curso de Especialização em Gestão da Vigilância Sanitária (GVISA)

- Escola de Transplante da SBS Hospital Sírio-Libanês
- Tratamento Cirúrgico em Pacientes Diabéticos com Obesidade Grau I
- Banco de Sangue de Cordão Umbilical e Placentário (BSCUP-RH)
- Protocolos de Atenção Básica
- Capacitação em Direito à Saúde Baseada em Evidências
- Especialização em Gestão de Políticas de Saúde Informadas por Evidências -ESPIE
- Gestão da Vigilância em Saúde
- Gestão do Risco e Segurança no Cuidado ao Paciente
- Bioengenharia para o Tratamento de Malformações Craniofaciais Congênitas
- Gestão Emergência em Saúde Pública
- Residências
- Mestrado em Gestão de Tecnologia e Inovação em Saúde
- Formação de Gestores e Preceptores de Programas de Residências Médicas - FGPPRM
- Educação na Saúde para Preceptores do SUS
- Processos Educacionais na Saúde
- Saúde Baseadas em Evidências
- Rede Sentinelas em Ação
- Apoio às Ações Estratégicas do SUS
- Projeto de Apoio à Modernização da Gestão aos Instituto Nacional da Mulher, da criança e do adolescente Fernandes Figueira - IFF e Instituto de Infectologia (Evandro Chagas) - INI da Fundação Oswaldo Cruz e contribuições para a conclusão para efetivação do Complexo dos Institutos Nacionais (CIN)
- Qualificação da Rede de Cuidados DST, HIV/AIDS e Hepatites virais em regiões prioritárias dos estados de Santa Catarina e São Paulo - Qualiredes
- Terminologias de Medicamentos e boas Práticas para uso em Sistemas de Prescrição Eletrônica
- Programa de Formação em Direito Sanitário
- Análise do Material Biológico Remanescente da Pesquisa Nacional de Saúde (PNS) 2013 e apoio para avaliação antropométrica e da pressão arterial na PNS 2018

- Projeto Melhorando a Segurança do Paciente em Larga Escala no Brasil
- Projeto Integração e Ampliação da Telessaúde para o apoio à regulação na qualificação do encaminhamento ambulatorial
- Produção de curso EAD para capacitação em sangue, tecidos e células para inspetores da vigilância sanitária
- Plasma rico em plaquetas (PRP) para uso terapêutico não transfusional
- Projeto de Apoio Assistencial Atendimento em Radioterapia
- Projeto de Desenvolvimento e fortalecimento do SUS - Programa BNDES Saúde - 1
- Projeto de Desenvolvimento e fortalecimento do SUS - Programa BNDES Saúde - 2
- Projeto de Desenvolvimento e fortalecimento do SUS - Programa BNDES Saúde - 3
- Projeto de Desenvolvimento e fortalecimento do SUS - Programa BNDES Saúde - 4
- Instituto de Ensino e Pesquisa (IEP): O IEP possui uma estrutura avançada e diversificada para o suporte das atividades de ensino e pesquisa. O Centro de Treinamento é equipado com moderna infraestrutura para cursos e pesquisa tecnológica nas mais diversas especialidades. Conta com um anfiteatro, seis auditórios, uma sala de simulação, duas salas de reunião, uma estação de trabalho, uma sala de teleconferência, áreas para exposições e serviços de apoio especializados para o suporte as atividades.

Ampliar as fronteiras da pesquisa científica em saúde é um dos objetivos do IEP. Os avançados laboratórios de pesquisa estão preparados para o desenvolvimento de projetos científicos sobre os mais abrangentes e complexos temas. Todo o desenvolvimento científico segue diretrizes e normas de pesquisa em saúde regulamentadas pelo Conselho Nacional de Saúde (CNS).

Os cursos de educação continuada reúnem o que existe de mais avançado no cuidado médico, com abordagens educacionais inovadoras para a educação permanente de profissionais da saúde.

2 Base de preparação

a. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A emissão das demonstrações financeiras foi aprovada pela Administração da Sociedade em 17 de abril de 2018.

b. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos mensurados e atualizados pelo valor justo por meio do resultado.

c. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Sociedade. Todas as informações financeiras são apresentadas em Real e foram arredondadas para milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

d. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Sociedade e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

e. Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material no exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2018 estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa 5** - provisão para devedores duvidosos;
- **Nota explicativa 6** - valor residual do ativo imobilizado; e
- **Nota explicativa 11** - provisão para contingência.

Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Sociedade requerem a mensuração dos valores justos, para os ativos e passivos financeiros e não financeiros.

Questões significativas de avaliação são reportadas para a Administração da Sociedade.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Sociedade usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- **Nível 2:** inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- **Nível 3:** inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Notas explicativa 19** - instrumentos financeiros.

3 Principais práticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente pela Sociedade em todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

a. Moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para moeda funcional da Sociedade pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. O ganho ou a perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do período, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o período, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do período de apresentação.

b. Caixa e equivalentes de caixa

Inclui caixa, saldos positivos em conta movimento, aplicações financeiras resgatáveis no prazo de até 90 dias das datas das transações e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado. As aplicações financeiras incluídas nos equivalentes de caixa são demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

Os recursos financeiros que não possuem a característica de caixa e equivalentes de caixa são apresentados na rubrica de títulos e valores mobiliários.

c. Contas a receber de pacientes e convênios

As contas a receber de pacientes e convênios são registradas pelo valor faturado. A conta valores a faturar refere-se serviços já prestados junto a operadoras de serviços, amparados por relação contratual, que aguardam cronograma de emissão de fatura e envio.

A provisão para devedores duvidosos foi constituída em montante considerado suficiente pela Administração para suprir as eventuais perdas na realização dos créditos.

d. Estoques

Os estoques estão relacionados, principalmente, a materiais hospitalares, medicamentos e materiais de consumo para serem utilizados junto aos pacientes atendidos no hospital. O custo dos estoques é baseado no princípio do custo médio, sendo avaliado com base no custo histórico de aquisição e acrescido de gastos relativos a transportes, armazenagem e impostos não recuperáveis. Os valores de estoques contabilizados não excedem os valores de mercado. A Sociedade possui procedimento periódico para análise do custo e valor realizável líquido dos estoques, bem como realiza controle rotineiro da validade dos medicamentos excluindo e baixando-os do estoque.

e. Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perda de redução ao valor recuperável acumulada, quando necessárias.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Sociedade inclui o custo de materiais e mão de obra direta e quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condição necessárias para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

Custos subsequentes

Itens do custo de reposição de um componente do imobilizado são reconhecidos no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Sociedade e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. Os custos de manutenção no dia a dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Depreciação

A depreciação é calculada pelo método linear sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, deduzido do valor residual, ao longo de sua vida útil estimada.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado.

A vida útil estimada para o exercício corrente e comparativas são as seguintes:

| | |
|--------------------------------------|---------|
| Edificações | 25 a 50 |
| Instalações | 20 |
| Equipamentos hospitalares | 10 a 26 |
| Móveis e utensílios | 7 a 15 |
| Hardware | 10 |
| Software | 5 |
| Veículos | 7 |
| Benfeitorias em imóveis de terceiros | 10 |

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes serão reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

Não houve evidências sobre a necessidade de alteração da expectativa de vida útil econômica dos ativos da Entidade em relação ao ano anterior.

f. Redução ao valor recuperável

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

Os ativos não financeiros têm o seu valor recuperável testado, no mínimo, anualmente. A Administração da Sociedade efetuou os testes para os saldos dos ativos não financeiros em 31 de dezembro de 2017, e nenhum indicativo de impairment foi encontrado. Portanto não haverá constituição de uma provisão sobre seus ativos não financeiros.

g. Ativos arrendados

Os arrendamentos em cujos termos a Sociedade assume os riscos e benefícios inerentes a propriedade são classificados como arrendamentos financeiros. No reconhecimento inicial, o ativo arrendado é medido pelo valor igual ao menor valor entre o seu valor justo e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento mercantil. Após o reconhecimento inicial, o ativo é registrado de acordo com a política contábil aplicável ao ativo.

Os outros arrendamentos mercantis são arrendamentos operacionais e não são reconhecidos no balanço patrimonial a Sociedade.

Determinando se um contrato contém um arrendamento:

No começo de um contrato, a Sociedade define se o contrato é ou contém um arrendamento. Um ativo específico é o objeto de um arrendamento caso o cumprimento do contrato é dependente do uso daquele ativo especificado. O contrato transfere o direito de usar o ativo caso o contrato transfira o direito a Empresa de controlar o uso do ativo subjacente.

h. Obrigações trabalhistas

Contempla as provisões trabalhistas decorrentes de férias e encargos que é constituída com base na remuneração de cada funcionário e no período aquisitivo incorrido até a data do balanço.

i. Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes

Os ativos circulantes e não circulantes são apresentados pelo seu custo de aquisição ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos até a data do balanço.

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos incorridos até a data do balanço.

j. Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Sociedade é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

k. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

A Sociedade não pratica transações significativas de vendas a prazo com valores pré-fixados. Assim, os saldos dos direitos e das obrigações estão mensurados nas datas de encerramento dos exercícios por valores próximos aos respectivos valores presentes.

l. Apuração do resultado

As receitas, os custos e as despesas das operações são reconhecidos em conformidade com o regime contábil de competência.

As receitas são reconhecidas de acordo com a prestação de serviços hospitalares, quando seu valor pode ser mensurado de forma confiável, líquidas de descontos, créditos, abatimentos e possíveis glosas estimadas. Uma receita não é reconhecida se há incerteza significativa da sua realização.

m. Receitas com trabalhos voluntários

As receitas com trabalhos voluntários são mensuradas ao seu valor justo levando-se em consideração os montantes que a Sociedade haveria de pagar caso contratasse estes serviços em mercado similar. Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 a Sociedade registrou receitas e despesas relacionadas aos trabalhos voluntários nas demonstrações financeiras, vide nota explicativa nº 15.

n. Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros não derivativos

A Sociedade reconhece os recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Sociedade se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Sociedade não reconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Sociedade transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais dele em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Sociedade nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Sociedade tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Sociedade tem os seguintes ativos financeiros não derivativos: ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis.

(ii) Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se, e somente se, a Sociedade gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Sociedade. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros são registrados pelo valor justo e qualquer mudança no valor desses ativos, os ganhos e/ou perdas são reconhecidas no resultado do exercício.

o. Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Os recebíveis abrangem caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de pacientes e convênios e outras contas a receber.

(i) Passivos financeiros não derivativos

A Sociedade reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Sociedade se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Sociedade baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

A Sociedade tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos e financiamentos junto às instituições financeiras, fornecedores e outras contas a pagar.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

p. Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas, alterações de normas e interpretações foram efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2017 e não foram adotadas na preparação destas demonstrações financeiras. Aquelas que podem ser relevantes para a Sociedade estão mencionadas abaixo. A Sociedade não planeja adotar estas normas de forma antecipada.

IFRS 9 Financial Instruments (Instrumentos Financeiros)

A IFRS 9 substitui as orientações existentes na IAS 39 (CPC 38) Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. A IFRS 9 inclui novos modelos para a classificação e mensuração de instrumentos financeiros e a mensuração de perdas esperadas de crédito para ativos financeiros e contratuais, como também novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A nova norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39.

A IFRS 9 entra em vigor para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2018, com adoção antecipada permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRSs.

O impacto efetivo da adoção da IFRS 9 nas demonstrações financeiras da Sociedade em 2018 não pode ser estimado com confiança, pois dependerá dos instrumentos financeiros que a Sociedade detiver e das condições econômicas em 2018, bem como de decisões e julgamentos contábeis que a Sociedade fará no futuro, no entanto, a Sociedade considera que os novos requerimentos de classificação dos ativos e passivos financeiros não terão impactos significativos na sua mensuração por entender que seus atuais critérios de provisionamento se aproximam substancialmente as novas exigências da norma.

IFRS 15 - Receita de contrato com clientes (*Revenue from Contracts with Customers*)

A IFRS 15 (CP C47) introduz uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida, e por quanto a receita é mensurada. A IFRS 15 substitui as atuais normas para o reconhecimento de receitas, incluindo o CPC 30 Receitas, CPC 17 Contratos de Construção e a CPC 30 Interpretação A (IFRIC 13) Programas de Fidelidade com o Cliente.

As receitas da Sociedade incluem principalmente, além dos recursos financeiros provenientes do atendimento a pacientes para execução do objeto social da Sociedade, as fontes de recursos advindas de (i) receitas auferidas pela prestação de serviços e pela realização de atividades, tais como atendimentos a pacientes e convênios, (ii) da realização de ensino e pesquisa, (iii) doações e (iv) rendimentos de aplicações e ativos financeiros.

Este pronunciamento deverá ser aplicado para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2018. A Sociedade não concluiu as análises dos efeitos da adoção desta norma porém não são esperados efeitos relevantes da adoção desta norma nas Demonstrações Financeiras por entender que seus atuais critérios de reconhecimento de receita se aproximam substancialmente as novas exigências de reconhecimento.

- **IFRS 16 Leases - “Arrendamento Mercantil”**

A IFRS 16 substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27) Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil.

A norma é efetiva para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2019. A adoção antecipada é permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRSs e apenas para entidades que aplicam a IFRS 15 (CPC 47) Receita de Contratos com Clientes em ou antes da data de aplicação inicial deste. A IFRS 16 introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

A Sociedade está avaliando os efeitos da adoção desta norma nas Demonstrações Financeiras principalmente os impactos que poderão ser gerados no reconhecimento dos contratos de arrendamentos operacionais (vide nota 6) e acredita que terá impactos relevantes no reconhecimento dos contratos de arrendamento de unidades de terceiros.

4 Caixa, equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários

| | 2017 | 2016 |
|--|----------------|----------------|
| Caixa e equivalentes de caixa | | |
| Caixa e bancos | 10.120 | 3.439 |
| Aplicações financeiras | <u>163.259</u> | <u>242.882</u> |
| | <u>173.379</u> | <u>246.321</u> |
| Títulos e valores mobiliários | | |
| Circulante | <u>57.726</u> | <u>61.702</u> |

As aplicações financeiras e os títulos e valores mobiliários referem-se a Certificados de Depósitos Bancários (CDBs) e Fundos de Investimentos. As remunerações das aplicações financeiras rendem juros em média de 101,2% do CDI (101,3% em 2016). Em 2017 o rendimento das aplicações financeiras geraram receita financeira no montante de R\$ 26.242 (R\$ 32.667 em 2016)

Os títulos e valores mobiliários, mantidos no ativo circulante, em 2017 e 2016 referem-se a recursos em garantia requeridos nos contratos de empréstimos e financiamentos.

5 Contas a receber de pacientes e convênios

| | 2017 | 2016 |
|--|------------------|------------------|
| Convênios e seguradoras | 307.990 | 261.275 |
| Cobrança judicial | 94.860 | 79.680 |
| Pacientes particulares | 80.712 | 62.392 |
| Cartão de crédito | 16.886 | 15.502 |
| Cheques a descontar | 7.017 | 6.664 |
| Cursos | 1.357 | 2.194 |
| Valores a faturar | <u>79.653</u> | <u>56.376</u> |
| | 588.475 | 484.083 |
| Provisão para crédito de liquidação duvidosa | <u>(123.837)</u> | <u>(126.857)</u> |
| | <u>464.638</u> | <u>357.226</u> |

As contas a receber por vencimento apresentam-se da seguinte maneira:

| | 2017 | 2016 |
|-------------------------------|----------------|----------------|
| A vencer | 313.875 | 288.331 |
| Vencidos até 30 dias | 41.731 | 25.874 |
| Vencidos entre 31 e 180 dias | 77.441 | 59.001 |
| Vencidos entre 181 e 360 dias | 57.267 | 27.013 |
| Vencidos há mais de 360 dias | <u>98.161</u> | <u>83.864</u> |
| | <u>588.475</u> | <u>484.083</u> |

A provisão para créditos de liquidação duvidosa e glosas constituídas para cobrir eventuais perdas de contas a receber apresentaram a seguinte movimentação:

:

| | |
|--------------------------|--------------------|
| Saldo em 31/12/2015 | 102.233 |
| (+) Novas constituições | 51.532 |
| (-) Reversão de provisão | <u>(26.908)</u> |
| Saldo em 31/12/2016 | <u>126.857</u> |
| (+) Novas constituições | 39.964 |
| (-) Reversão de provisão | <u>(42.984)</u> |
| Saldo em 31/12/2017 | <u>123.837</u> |

- (a) No ano de 2017 a Sociedade revisou a política de provisão para crédito de liquidação duvidosa. A nova metodologia utiliza-se de análise estatística da base de contas a receber, onde é verificado o comportamento histórico e índices de sucesso no recebimento dos valores faturados. Assim a provisão é efetuada a partir de uma expectativa de perda observada na análise estatística de recebimentos.

6 Imobilizado

As movimentações do custo e da depreciação do imobilizado nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 estão demonstradas nos quadros abaixo:

| | Saldo em 31/12/2016 | Adições | Baixas | Transferência | Saldo em 31/12/2017 |
|--|------------------------|-----------------|----------------|-----------------|------------------------|
| Custo | | | | | |
| Edificações | 1.235.550 | 136 | - | 24.089 | 1.259.775 |
| Maquinas e equipamentos | 352.064 | 19.294 | (1.962) | 10.090 | 379.486 |
| Terrenos | 70.895 | - | - | - | 70.895 |
| Móveis e utensílios | 50.036 | 5.250 | (230) | 185 | 55.241 |
| Hardware e software | 82.089 | 10.364 | (590) | 1.380 | 93.243 |
| Veículos | 150 | - | - | - | 150 |
| Patentes | 1.500 | - | - | - | 1.500 |
| Benfeitorias em imóveis de terceiros (a) | 45.674 | 345 | - | 437 | 46.456 |
| Imobilizado em andamento (b) | <u>23.233</u> | <u>70.795</u> | <u>-</u> | <u>(36.182)</u> | <u>57.846</u> |
| Total custo | <u>1.861.191</u> | <u>106.184</u> | <u>(2.782)</u> | <u>-</u> | <u>1.964.592</u> |
| Depreciação | | | | | |
| Edificações | (94.383) | (8.825) | - | - | (103.208) |
| Máquinas e equipamentos | (121.804) | (23.912) | 1.206 | - | (144.510) |
| Móveis e utensílios | (28.946) | (3.178) | 167 | - | (31.957) |
| Veículos | (120) | (4) | - | - | (124) |
| Hardware e software | (46.642) | (8.522) | 527 | - | (54.637) |
| Instalações | (128.156) | (26.360) | - | - | (154.516) |
| Benfeitorias em imóvel de terceiros | <u>(18.916)</u> | <u>(4.848)</u> | <u>-</u> | <u>-</u> | <u>(23.764)</u> |
| Total depreciação | <u>(438.967)</u> | <u>(75.650)</u> | <u>1.900</u> | <u>-</u> | <u>(512.716)</u> |
| Saldo líquido | <u>1.422.224</u> | <u>30.535</u> | <u>(882)</u> | <u>-</u> | <u>1.451.876</u> |

**Sociedade Beneficente de
Senhoras Hospital Sírío-Libanês**
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2017 e 2016

| | Saldo em 31/12/2015 | Adições | Baixas | Transferência | Saldo em 31/12/2016 |
|--|------------------------|-----------------|----------------|---------------|------------------------|
| Custo | | | | | |
| Edificações | 1.214.343 | 6.199 | 1 | 15.007 | 1.235.550 |
| Maquinas e equipamentos | 251.247 | 18.405 | (2.745) | 85.157 | 352.064 |
| Terrenos | 63.805 | - | - | 7.090 | 70.895 |
| Móveis e utensílios | 44.701 | 819 | (95) | 4.611 | 50.036 |
| Hardware e software | 61.693 | 11.862 | (250) | 8.784 | 82.089 |
| Veículos | 150 | - | - | - | 150 |
| Patentes | 1.500 | - | - | - | 1.500 |
| Benfeitorias em imóveis de terceiros (a) | 35.458 | 4 | (4) | 10.216 | 45.674 |
| Imobilizado em andamento (b) | 106.695 | 47.807 | (404) | (130.865) | 23.233 |
| Total custo | <u>1.779.592</u> | <u>85.096</u> | <u>(3.497)</u> | <u>-</u> | <u>1.861.191</u> |
| Depreciação | | | | | |
| Edificações | (86.462) | (7.896) | - | (25) | (94.383) |
| Máquinas e equipamentos | (102.825) | (20.769) | 1.792 | (2) | (121.804) |
| Móveis e utensílios | (25.995) | (3.041) | 89 | 1 | (28.946) |
| Veículos | (117) | (3) | - | - | (120) |
| Hardware e software | (38.400) | (8.445) | 201 | 2 | (46.642) |
| Instalações | (103.544) | (24.636) | - | 24 | (128.156) |
| Benfeitorias em imóvel de terceiros | (14.779) | (4.137) | - | - | (18.916) |
| Total depreciação | <u>(372.122)</u> | <u>(68.927)</u> | <u>2.082</u> | <u>-</u> | <u>(438.967)</u> |
| Saldo líquido | <u>1.407.470</u> | <u>16.169</u> | <u>(1.415)</u> | <u>-</u> | <u>1.422.224</u> |

(a) **Benfeitorias em imóveis de terceiros**

Com a abertura de novas filiais, foram necessários investimentos em instalações em bens de terceiros para a devida adequação no atendimento de diagnóstico e procedimento hospitalar. Estas benfeitorias foram aplicadas nos imóveis das Unidades Itaim, Jardins, Brasília I, Brasília II e Brasília III. As benfeitorias relacionadas a estes imóveis são depreciadas de acordo com o tempo de contrato de aluguel a partir da data de início das atividades.

(b) **Imobilizado em andamento**

Refere-se ao e ao projeto de expansão da Unidade Bela Vista, sendo sua maior parte referente a adequação do Bloco C aos padrões da nova torre com previsão de encerramento até final de 2018.

Arrendamento mercantil

Os imóveis para as estruturas das filiais Brasília I, Brasília II, Brasília III, Jardins e Itaim foram locados e classificados como arrendamento mercantil operacional. Os arrendamentos operacionais serão pagos da seguinte forma:

| | 2017 | 2016 |
|-----------------------|----------------|----------------|
| Menos de um ano | 11.249 | 13.942 |
| Entre um e cinco anos | 70.388 | 71.729 |
| Mais de cinco anos | <u>28.155</u> | <u>28.692</u> |
| Total | <u>109.792</u> | <u>114.363</u> |

7 Fornecedores

| | 2017 | 2016 |
|-----------------------------|----------------|----------------|
| Fornecedores nacionais | 142.751 | 106.958 |
| Fornecedores internacionais | <u>13.146</u> | <u>11.686</u> |
| | <u>155.897</u> | <u>118.644</u> |

Referem-se às obrigações correntes com fornecedores, principalmente de serviços e de materiais hospitalares.

Os fornecedores por vencimento apresentam-se da seguinte maneira:

| | 2017 | 2016 |
|---------------------------|----------------|----------------|
| A vencer até 30 dias | 97.754 | 83.097 |
| A vencer de 31 a 180 dias | <u>58.143</u> | <u>35.547</u> |
| | <u>155.897</u> | <u>118.644</u> |

8 Obrigações trabalhistas

| | 2017 | 2016 |
|--------------------------|---------------|---------------|
| Provisão de férias | 49.937 | 43.929 |
| Verbas complementares | 9.059 | 13.361 |
| Contribuições e encargos | <u>18.624</u> | <u>14.796</u> |
| | <u>77.620</u> | <u>72.086</u> |

9 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos decorrem basicamente da utilização para aquisição de bens do ativo imobilizado, conforme demonstramos a seguir:

| | Taxa a.a. | Finalidade | 2017 | 2016 |
|--|-----------------------|-------------------------|-----------------------|-----------------------|
| Moeda nacional | | | | |
| Bradesco | TJLP + 2,80% | Capital de Giro | 2.467 | - |
| Brasil | 5,50% | Aquisição de bens | 69.957 | 53.897 |
| Moeda estrangeira | | | | |
| Brasil | Libor + 3,65% | Capital de giro | - | 336 |
| DEG | Libor + 3,9% | Expansão e modernização | - | 13.623 |
| Itaú | Libor + 2,40% a 4,82% | Aquisição de bens | - | 1.243 |
| Santander | 5,90% | Aquisição de bens | - | 872 |
| Proparco | Libor + 3,9% | Expansão e modernização | - | 8.148 |
| Juros s/Financiamento | | | 1.413 | 2.690 |
| Passivo circulante | | | <u>72.937</u> | <u>80.809</u> |
| Moeda nacional | | | | |
| Banco do Brasil | TJLP + 5,50% | Expansão e modernização | 195.127 | 224.668 |
| BNDES | TJLP + 5,50% | Expansão e modernização | 195.064 | 224.639 |
| Moeda estrangeira | | | | |
| Brasil | Libor + 3,65% | Capital de giro | - | - |
| DEG | Libor + 3,9% | Expansão e modernização | - | 26.985 |
| Itaú | Libor + 2,40% a 4,82% | Aquisição de bens | - | 2.489 |
| Proparco | Libor + 3,9% | Expansão e modernização | - | 16.297 |
| Juros sobre financiamento | | | - | 130 |
| Passivo não circulante | | | <u>390.191</u> | <u>495.208</u> |
| Total de empréstimos e financiamentos | | | <u>463.128</u> | <u>576.017</u> |

**Sociedade Beneficente de
Senhoras Hospital Sírío-Libanês**
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2017 e 2016

A conciliação da movimentação patrimonial dos passivos financeiros com os fluxos de caixa da atividade de financiamento nas demonstrações dos fluxos de caixa estão a seguir demonstradas

| | Saldo em 31/12/2016 | Principal | | Juros | | Variação cambial e atualização monetária | Transferencia | Saldo em 31/12/2017 |
|------------------------------|------------------------|-----------|------------------|---------------|-----------------|--|------------------|------------------------|
| | | Adição | Baixa | Provisão | Pagamento | | | |
| <i>Circulante</i> | | | | | | | | |
| Em moeda nacional | 57.772 | - | (59.070) | 34.367 | (34.506) | 10.379 | 63.995 | 72.937 |
| Em moeda estrangeira | 23.037 | - | (62.914) | 1.925 | (3.122) | (785) | 41.859 | - |
| | <u>80.809</u> | <u>-</u> | <u>(121.984)</u> | <u>36.292</u> | <u>(37.628)</u> | <u>9.594</u> | <u>105.854</u> | <u>72.937</u> |
| <i>Não Circulante</i> | | | | | | | | |
| Em moeda nacional | 451.927 | - | - | - | - | 2.259 | (63.995) | 390.191 |
| Em moeda estrangeira | 43.281 | - | - | - | - | (1.422) | (41.859) | - |
| | <u>495.208</u> | <u>-</u> | <u>-</u> | <u>-</u> | <u>-</u> | <u>837</u> | <u>(105.854)</u> | <u>390.191</u> |
| | <u>576.017</u> | <u>-</u> | <u>(121.984)</u> | <u>36.292</u> | <u>(37.628)</u> | <u>10.431</u> | <u>-</u> | <u>463.128</u> |

O saldo dos empréstimos e financiamentos classificados como passivo não circulante tem o seguinte prazo de vencimento:

| Longo prazo vencível em | 31/12/2017 |
|--------------------------------|-------------------|
| 2019 | 72.796 |
| 2020 | 72.753 |
| 2021 | 70.559 |
| 2022 | 69.462 |
| 2023 | 39.050 |
| 2024 | 23.844 |
| 2025 | 23.844 |
| 2026 | <u>17.883</u> |
| | <u>390.191</u> |

Garantias

Como garantia de parte dos empréstimos e financiamentos, foram dados contas a receber, imóveis e equipamentos no montante de R\$ 57.726.

Cláusulas contratuais “indicadores financeiros”

Determinados compromissos preveem o cumprimento de indicadores econômico-financeiros, os quais incluem: liquidez corrente, dívida líquida sobre o patrimônio, dívida líquida sobre a EBITDA, índice de cobertura e caixa mínimo. A Sociedade vem cumprindo regularmente com estes indicadores.

Além das cláusulas relacionadas a indicadores financeiros, os contratos preveem outros compromissos como atendimentos a requerimentos legais e aderência a algumas boas práticas corporativas e administrativas. A Sociedade vem cumprindo regularmente com estes compromissos.

10 Outras contas a pagar

| | 2017 | 2016 |
|--|---------------|---------------|
| Provisão de repasses médicos | 20.485 | 17.538 |
| Provisão de despesas, consignados e serviços contratados | 27.624 | 37.648 |
| Depósitos de pacientes | 7.496 | 3.499 |
| Adiantamentos | 1.254 | 651 |
| Outros | <u>687</u> | <u>4.642</u> |
| | <u>57.546</u> | <u>63.978</u> |

11 Provisões para contingências

A Sociedade, no curso normal de suas atividades, está sujeita a processos judiciais de naturezas cíveis, fiscais e trabalhistas.

A Administração, apoiada na opinião de seus consultores legais, constituiu provisões para cobertura das perdas consideradas como prováveis, nos montantes indicados a seguir:

| | 2017 | | | 2016 | | |
|-------------------------------|-----------------------|-------------------|---------------|-----------------------|-------------------|---------------|
| | Saldo de Contingência | Depósito Judicial | Saldo Líquido | Saldo de Contingência | Depósito Judicial | Saldo Líquido |
| Cíveis | 1.724 | - | 1.724 | 1.724 | - | 1.724 |
| ISS s/faturamento | 4.366 | - | 4.366 | 2.190 | - | 2.190 |
| FGTS | 14.544 | (14.530) | 14 | 12.923 | (12.937) | (14) |
| ITCMD | 1.240 | - | 1.240 | 1.251 | - | 1.251 |
| Total de contingências | 21.874 | (14.530) | 7.344 | 18.088 | (12.937) | 5.151 |

As movimentações das contingências possuem a seguinte composição:

| | 2017 | | | | |
|-------------------------------|--------------------|--------------|----------------|-----------------------|------------------|
| | Saldo final 2016 | Adição | Baixa | Atualização Monetária | Saldo final 2017 |
| Cíveis | 1.724 | - | - | - | 1.724 |
| ISS s/faturamento | 2.190 | 2.951 | (1.121) | 346 | 4.366 |
| ITCMD | 1.251 | 121 | (132) | - | 1.240 |
| FGTS | 12.923 | 716 | - | 905 | 14.544 |
| Total de contingências | 18.088 | 3.788 | (1.253) | 1.251 | 21.874 |
| | 2016 | | | | |
| | Saldo inicial 2015 | Adição | Baixa | Atualização Monetária | Saldo final 2016 |
| Cíveis | 524 | 1.200 | - | - | 1.724 |
| ISS s/faturamento | 5.141 | 2.071 | (5.889) | 867 | 2.190 |
| ITCMD | 1.006 | 150 | - | 95 | 1.251 |
| FGTS | 11.138 | 815 | - | 970 | 12.923 |
| Total de contingências | 17.809 | 4.236 | (5.889) | 1.932 | 18.088 |

Os depósitos judiciais mantidos no ativo não circulante, que não possuem passivos contingentes associados, possuem a seguinte composição:

| | 2017 | 2016 |
|--|---------------|---------------|
| ICMS sobre importações de equipamentos | 15.684 | 12.268 |
| PIS | 42.883 | 37.266 |
| Outros depósitos | 6.771 | 5.305 |
| Total | 65.338 | 54.839 |

Demandas tributárias

As demandas tributárias provisionadas são representadas, substancialmente, pelas seguintes demandas judiciais:

FGTS - Ilegalidade das alterações promovidas pela Lei Complementar nº 110/2001, relativa ao recolhimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) - majoração da alíquota em 10%. Há probabilidade de perda remota para os valores depositados até 2001, e provável de perda para os valores de 2002 em diante.

Ademais, a Sociedade está envolvida em outros processos tributários avaliados com perda possível no montante R\$ 557.702 (R\$ 325.127 em 2016), sem provisão constituída, sendo os principais processos:

- (i) Exigência do ISS no Município de São Paulo - Imposto sobre serviços de qualquer natureza, sobre prestação de serviços enquadrados nos itens 02, 39 e 56 da Lei Municipal/SP nº 10.423/87 no montante atualizado até 31 de dezembro de 2017 de R\$ 179.483 (R\$ 104.218 em 2016), referente do período de dezembro 2000 a dezembro de 2002;
- (ii) Autuação Fiscal - processos administrativos pendentes de recurso:
 - a. Contribuição Previdenciária referente à cota patronal não recolhida com base no CEBAS, no montante atualizado até 31 de dezembro de 2017 de R\$ 149.213 (R\$ 66.208 em 2016) referentes ao período de janeiro de 2001 a julho de 2002;
 - b. Contribuições à seguridade social, correspondentes à parte da empresa do período de agosto de 2002 a março de 2004 no montante atualizado até 31 de dezembro de 2017 de R\$ 37.888 (R\$ 23.102 em 2016)
 - c. Cobrança cota SAT e contribuição de terceiros de 2006 a 2008 no montante atualizado até 31 de dezembro de 2017 de R\$ 145.025 (R\$ 88.427 em 2016);
- (iii) Processo judicial pleiteando o reconhecimento de imunidade nos processos de importação de ICMS no período de 2008 até 2010. Risco de perda possível atualizado até 31 de dezembro de 2017 de R\$ 38.764 (R\$ 14.481 em 2016) .

Demandas Cíveis

Os processos cíveis que a Sociedade está envolvida, decorrentes do curso normal dos seus negócios são classificados como risco de perda possível, para os quais nenhuma provisão foi

constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização. O montante para os processos cíveis em 31 de dezembro de 2017 é de R\$ 54.496 (R\$ 80.512 em 2016),

Nas ações relacionadas às questões de erro médico, a Sociedade contrata seguro de responsabilidade civil que é acionado nas ações em curso para cobertura de eventual indenização.

Demandas Trabalhistas

Os processos trabalhistas que a Sociedade está envolvida, surgidos no curso normal dos seus negócios são classificados como risco de perda possível, para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização.

O montante referente aos processos trabalhistas em 31 de dezembro de 2017 é de R\$ 17.994 (R\$ 21.362 em 2016).

12 Patrimônio líquido

12.1 Patrimônio social

Conforme estatuto social, a Sociedade deve aplicar integralmente seus recursos na manutenção de seus objetivos institucionais, portanto não distribui nenhuma parcela de seu patrimônio ou de suas rendas a título de lucro ou de participação no seu superávit. Dessa forma, o superávit do exercício é integralmente incorporado ao patrimônio social.

No caso de extinção ou dissolução da Sociedade, quaisquer que sejam as razões, todos os bens móveis e imóveis que integram o seu patrimônio serão revertidos a uma ou mais instituições beneficentes, filantrópicas e de assistência social, consideradas de utilidade pública, indicadas e aprovadas pela Assembleia Geral, registradas como tal nos termos vigentes, localizadas preferencialmente no Estado de São Paulo.

12.2 Doações acumuladas

Representa as doações acumuladas de exercícios anteriores registradas diretamente no patrimônio líquido enquanto as práticas contábeis adotadas no Brasil (anterior a Lei 11.638/07 implementada a partir do ano de 2008) permitiam tal reconhecimento.

12.3 Ajuste de avaliação patrimonial (reavaliação de bens)

A reserva de reavaliação foi constituída em decorrência da reavaliação parcial de bens do ativo imobilizado, com base em laudo de avaliação elaborado por consultoria especializada no exercício de 2007. A reserva de reavaliação está sendo realizada por depreciação ou baixa dos bens reavaliados contra o superávit acumulado.

Não foram constituídos o imposto de renda e a contribuição social diferidos em decorrência de a Sociedade possuir imunidade tributária.

13 Receitas operacionais

| | 2017 | 2016 |
|---|------------------|------------------|
| Receita bruta | | |
| Pacientes convênios | 1.555.841 | 1.421.614 |
| Pacientes particulares | 443.729 | 433.042 |
| Pacientes não pagantes | 72.660 | 41.284 |
| Ensino e pesquisa | 19.315 | 22.067 |
| Outras receitas | 14.604 | 19.683 |
| | <u>2.106.149</u> | <u>1.937.690</u> |
| Deduções | | |
| Descontos e cancelamentos | (36.508) | (32.989) |
| Assistência prestada à pacientes não pagantes | (72.660) | (41.284) |
| Glosas efetivas | (23.294) | (16.745) |
| Outras Deduções | (3.186) | (132) |
| | <u>(135.648)</u> | <u>(91.150)</u> |
| | <u>1.970.501</u> | <u>1.846.540</u> |

14 Medicamentos, materiais e serviços médicos

| | 2017 | 2016 |
|--------------------------|----------------|----------------|
| Serviços médicos | 305.042 | 264.787 |
| Medicamentos | 221.069 | 189.950 |
| Materiais e descartáveis | 209.348 | 186.363 |
| | <u>735.459</u> | <u>641.100</u> |

15 Despesa com pessoal e encargos

| | 2017 | 2016 |
|---------------------------|----------------|----------------|
| Salários e ordenados | 462.241 | 407.689 |
| Benefícios a funcionários | 61.758 | 52.543 |
| Encargos sociais | 35.022 | 30.470 |
| Verbas indenizatórias | 6.256 | 6.995 |
| | <u>565.277</u> | <u>497.697</u> |

16 Despesas administrativas e gerais

| | 2017 | 2016 |
|--|---------|---------|
| Consultoria e assessoria | 58.220 | 47.329 |
| Material de consumo | 53.611 | 37.935 |
| Eventos, cursos e simpósios | 41.231 | 37.142 |
| Viagem e refeição | 31.862 | 27.474 |
| Serviços de limpeza, lavanderia, segurança | 30.461 | 25.227 |
| Utilidades - serviços públicos | 25.405 | 24.338 |
| Manutenção e engenharia | 25.134 | 21.997 |
| Locações /condomínio | 24.684 | 18.839 |
| Suporte e infraestrutura de TI | 17.388 | 11.588 |
| Nutrição | 10.126 | 9.361 |
| Serviços de marketing | 8.503 | 9.041 |
| Trabalho voluntário | 465 | 450 |
| Outras despesas | 27.289 | 31.167 |
| | 354.379 | 301.888 |

17 Outras (receitas) despesas operacionais líquidas

| | 2017 | 2016 |
|---|----------|---------|
| Despesa de crédito de liquidação duvidosa | 29.558 | 40.590 |
| Provisões (reversões) de filantropia (i) | (55.693) | 30.359 |
| Receita com trabalhos voluntários | (465) | (450) |
| Outras despesas (receitas) diversas (ii) | (7.018) | (1.793) |
| | (33.618) | 17.706 |

- (i) Em 2017 foi encerrado o triênio 2015-2016-2017 referente ao desenvolvimento e execução de projetos Filantrópicos junto ao Ministério da Saúde, de acordo com a Lei nº 12.101/2009 e o Decreto nº 7.237/2010. Como parte do processo de apuração dos investimentos em filantropia, ao final de cada exercício social, a Sociedade compara os montantes aplicados nos projetos em relação as isenções fiscais usufruídas. Caso os investimentos tenham sido inferiores ao montante da isenção fiscal a Sociedade constitui uma provisão de gastos a incorrer e, caso tenha sido investido valores acima do necessário, é constituída uma despesa antecipada, em atendimento ao princípio da competência. Essa sistemática ocorre dentro do triênio porém, ao final do triênio os investimentos em filantropia devem ser ajustados aos limites acordados com o Ministério da Saúde. Em 2017 houve o encerramento do triênio sendo apurados os valores finais e ajustadas as provisões.

Toda a execução obrigatória de filantropia para o período foi executada, não restando nenhuma obrigação para o atual triênio, todas as provisões foram revertidas.

As despesas efetivas de filantropia foram registradas na respectiva rubrica contábil da demonstrações de resultado .

- (ii) Fazem parte desses saldos doações recebidas, restituição de valores a receber vencidos a mais de 360 dias e também despesas referentes a multas e taxas.

18 Despesas financeiras, líquidas

| Receitas financeiras | 2017 | 2016 |
|---------------------------------------|-----------------|-----------------|
| Receita de aplicações financeiras | 26.242 | 32.667 |
| Atualizações monetária ativa | 5.429 | 5.813 |
| Variações cambiais ativas | 3.491 | 36.729 |
| Juros Ativos | 2.202 | 894 |
| Desconto obtidos | 1.549 | 1.394 |
| Outras receitas financeiras | 1.745 | 546 |
| | <u>40.658</u> | <u>78.043</u> |
| | | |
| Despesas financeiras | 2017 | 2016 |
| Juros de empréstimos e financiamentos | (32.883) | (40.140) |
| Atualizações monetárias passivas | (14.234) | (17.166) |
| Variações cambiais passivas | (3.610) | (23.700) |
| Taxa de cartões | (2.365) | (2.209) |
| Outras despesas financeiras | (3.132) | (4.841) |
| | <u>(56.224)</u> | <u>(88.056)</u> |
| | | |
| Despesas financeiras, líquidas | (15.566) | (10.013) |

19 Instrumentos financeiros

Gerenciamento de riscos financeiros

A Sociedade apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito
- Risco de liquidez
- Risco de mercado
- Risco de moeda

Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Sociedade a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos da Sociedade, as políticas e os processos para manutenção e gerenciamento de risco.

Estrutura do gerenciamento de risco

As políticas de gerenciamento de risco da Sociedade são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados, para definir limites e controles apropriados e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Sociedade.

Risco de crédito

É o risco de prejuízo financeiro da Sociedade caso um cliente ou contraparte ou instituições financeiras depositárias de recursos de investimentos financeiros falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis de convênios, particulares e em títulos de investimento.

- **Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras** - A política de gestão de risco corporativo determina que a Sociedade avalie regularmente o risco associado ao seu fluxo de caixa, bem como propostas de mitigação. As estratégias de mitigação de riscos são executadas com o objetivo de reduzir os riscos com relação ao cumprimento dos compromissos assumidos pela Sociedade. A Sociedade possui aplicações financeiras em títulos de renda fixa de curto prazo que são realizadas em instituições financeiras tradicionais, consideradas de baixo risco. No que tange às instituições financeiras, a Sociedade somente realiza operações com instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agências de *rating* e aplicações em títulos de renda fixa.
- **Contas a receber de clientes** - Para mitigar esses riscos, a Sociedade adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes, gerenciamento no processo de revisão prévia de glosas junto aos convênios médicos e constituição de provisão para perdas em créditos duvidosos, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto. Com relação aos valores a receber de convênios e particulares, a Sociedade constitui provisão para perdas julgada suficiente para cobrir eventuais inadimplências.

A Administração não espera que nenhuma contraparte falhe em cumprir com suas obrigações.

Exposição a riscos de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras foi:

| | Nota | 2017 | 2016 |
|---|------|----------------|----------------|
| Caixa e equivalentes de caixa | 4 | 173.379 | 246.321 |
| Títulos e valores mobiliários | 4 | 57.726 | 61.702 |
| Contas a receber de pacientes e convênios | 5 | 464.638 | 357.226 |
| Contas a receber - partes relacionadas | | 21.016 | 5.165 |
| Outros ativos | | <u>43.413</u> | <u>16.580</u> |
| Total | | <u>760.172</u> | <u>686.994</u> |

Risco de liquidez

É o risco em que a Sociedade irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Sociedade na administração de liquidez é garantir, o máximo possível, que sempre tenha recursos suficientes para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Sociedade.

As maturidades contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados e excluindo o impacto de acordos de negociação de moedas pela posição líquida, são apresentadas a seguir:

| 31/12/2017 | Fluxo de caixa contratuais | | | | | |
|--------------------------------------|----------------------------|----------------|------------------|---------------|----------------|----------------|
| Passivos financeiros não derivativos | Valor Contábil | Total | 6 meses ou Menos | 6 - 12 meses | 1 -2 anos | Mais de 5 anos |
| Empréstimos e financiamentos | 463.128 | 463.128 | 36.469 | 36.468 | 145.549 | 244.642 |
| Fornecedores | 155.897 | 155.897 | 155.897 | - | - | - |
| Outras contas a pagar | 57.546 | 57.546 | 57.546 | - | - | - |
| Total | 676.571 | 676.571 | 249.912 | 36.468 | 145.549 | 244.642 |

| 31/12/2016 | Fluxo de caixa contratuais | | | | | |
|--------------------------------------|----------------------------|----------------|------------------|---------------|----------------|----------------|
| Passivos financeiros não derivativos | Valor Contábil | Total | 6 meses ou Menos | 6 - 12 meses | 1 -2 anos | Mais de 5 anos |
| Empréstimos e financiamentos | 576.017 | 576.017 | 40.405 | 40.404 | 187.746 | 307.462 |
| Fornecedores | 118.644 | 118.644 | 118.644 | - | - | - |
| Outras contas a pagar | 63.978 | 63.978 | 63.978 | - | - | - |
| Total | 758.639 | 758.639 | 223.027 | 40.404 | 187.746 | 307.462 |

Risco de mercado

É o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio e taxas de juros têm nos ganhos da Sociedade, no valor de suas participações em instrumentos financeiros ou na possibilidade de oscilação dos preços de mercado dos serviços prestados pela Sociedade e dos demais insumos utilizados no processo de prestação do serviço. Essas oscilações de preços e taxas podem provocar alterações nas receitas e nos custos da Sociedade.

O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo maximizar o retorno. Esse risco é mitigado uma vez que o principal componente do custo refere-se a pessoal fixado em moeda nacional e de acordo com o dissídio das categorias.

Com relação às taxas de juros, visando à mitigação desse tipo de risco, a Sociedade centraliza seus investimentos em operações com taxas de rentabilidade que acompanham a variação do CDI em certificado de depósito interbancário e fundo renda fixa. Nas taxas de câmbio, o risco também é mitigado, uma vez que a Sociedade possui reduzida parcela de aquisição de materiais em moeda estrangeira e não possui contas a receber ou aplicações em moeda estrangeira.

Risco de moeda

A Sociedade mantém operações de empréstimos em moedas estrangeiras que estão expostas a riscos de mercado decorrentes de mudanças nas cotações das respectivas moedas estrangeiras. Qualquer flutuação da taxa de câmbio pode aumentar ou reduzir os referidos saldos. Os montantes em aberto em moeda estrangeira em 31 de dezembro de 2016 e 2015 estão mencionados na Nota Explicativa nº 9. A estratégia de gerenciamento de riscos cambiais envolve o uso de contratos a termo para minimizar a exposição cambial de certas obrigações da Sociedade.

Em 31 de dezembro de 2017 a Sociedade não possui nenhum contrato em aberto de *hedge* cambial.

Abaixo, a tabela com todos os contratos de *hedge* cambial que estavam em aberto em 31 de dezembro de 2016 e foram encerrados durante o ano de 2017:

| Valor original do contrato em R\$ | Emissão | Vencimento | Moeda | Taxa contratual |
|--|----------------|-------------------|--------------|------------------------|
| 1.214.076 | 10/03/2016 | 15/03/2017 | Dólar | 4,0495 |
| 1.183.352 | 10/03/2016 | 15/03/2017 | Dólar | 3,6097 |
| 726.664 | 10/03/2016 | 15/03/2017 | Dólar | 4,0495 |
| 708.277 | 10/03/2016 | 15/03/2017 | Dólar | 3,6097 |
| 500.000 | 10/03/2016 | 15/03/2017 | Dólar | 4,0495 |
| 250.000 | 10/03/2016 | 15/03/2017 | Dólar | 3,6947 |

Exposição em moeda estrangeira

O resumo dos dados quantitativos sobre a exposição para o risco de moeda estrangeira da Sociedade baseia-se na sua política de gerenciamento de risco. A exposição total em 31 de dezembro de 2016 era de USD 31.858 mil de empréstimos a pagar, todos foram quitados durante o ano de 2017. Em 31 de dezembro de 2017 a Sociedade não possui nenhum empréstimo em moeda estrangeira em aberto.

Gestão de capital

A política da Administração da Sociedade é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do credor e mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio.

A Administração da Sociedade procura manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis mais adequados de empréstimos e as vantagens e a segurança proporcionada por uma posição de capital saudável.

Valor justo

Os valores justos dos ativos e passivos financeiros quando comparados aos valores contábeis apresentados na demonstração da posição financeira não apresentam variações.

20 Partes relacionadas

| | <u>2017</u> | <u>2016</u> |
|--|---------------|--------------|
| Instituto de Responsabilidade Social Sírio Libanês | <u>21.016</u> | <u>5.165</u> |

No ano de 2017 a Sociedade efetuou aporte emergencial ao Instituto de Responsabilidade Social Sírio Libanês (“IRSSL”). O IRSSL é uma organização social de saúde controlada e administrada pela diretoria de Senhoras, mesmo órgão que administra a Sociedade. O aporte emergencial foi efetuado no sentido de auxiliar o IRSSL na cobertura de seu fluxo de caixa operacional.

Os respectivos aportes não possuem garantias, juros e multa por atraso. Os vencimentos desses aportes iniciaram-se em janeiro de 2018. O saldo em 31 de dezembro de 2016 tinha vencimento em 2017, porém foi repactuado também para início em janeiro de 2018.

No ano de 2017 a Sociedade contratou serviços especializados na área de Diagnósticos por Imagem com a empresa Medcer Diagnóstico por Imagem Ltda., controlada pelo Dr. Giovanni Guido Cerri, atual membro do Conselho de Administração. A Sociedade incorreu o total de despesa no exercício de 2017 a quantia de R\$ 63.781 (R\$ 51.056 em 2016) através do contrato de prestação de serviço.

No ano de 2017 a Sociedade contratou serviços médicos especializados com a empresa UCO Serviços Médicos Ltda.; controlada pelo Dr. Roberto Kalil Filho, atual membro do Conselho de Administração. A Sociedade incorreu o total de despesa no exercício de 2017 a quantia de R\$ 440 (R\$ 354 em 2016).

No ano de 2017 a Sociedade deu continuidade aos serviços médicos contratados de especialidade em Oncologia Clínica com a empresa H.M.A - HOFF Médicos Associados Ltda., controlada pelo Dr. Paulo Marcelo Gehm Hoff, membro do Conselho de Administração até junho de 2017. Em 26 de junho de 2017 o Dr. Paulo Marcelo Gehm Hoff solicitou seu afastamento da Sociedade, rompendo o contrato de prestação de serviços unilateralmente. Seus serviços prestados como pessoa jurídica foram realizados até o mês de outubro de 2017. A Sociedade incorrem em despesas durante o período de 2017 a quantia de R\$ 5.489 (R\$ 6.618 em 2016) através de contrato de prestação de serviço.

Remuneração da administração

A Sociedade não remunera de forma direta ou indireta seus membros do conselho fiscal, de deliberativo, de administração e diretoria de senhoras.

21 Tributos e contribuições

21.1 Imposto de Renda e Contribuição Social

Em virtude de ser uma entidade sem fins lucrativos, a Sociedade goza do benefício de isenção do pagamento dos tributos federais incidentes sobre o resultado, de acordo com o Decreto nº 76.186 de 2 de setembro de 1975, artigos 167 a 174 do Regulamento do Imposto de Renda (RIR), aprovado pelo Decreto nº 3.000 de 26 de março de 1999 e artigo 195 da Constituição Federal.

21.2 PIS

Por ser uma entidade sem fins lucrativos, a Sociedade está sujeita ao pagamento da contribuição para o PIS calculado sobre a folha de salários à alíquota de 1% de acordo com a Lei nº 9.532/97. No entanto, nossos advogados entendem que esta retenção não é devida, com isto recolhemos judicialmente estes valores enquanto permanecem em discussão judicial.

21.3 COFINS

Por ser entidade filantrópica, a Sociedade é isenta do recolhimento da COFINS incidente sobre as receitas relativas às suas atividades próprias, de acordo com as Leis nº 9.718/98 e 10.833/03, e os valores calculados anualmente compõem juntamente com a Isenção Previdenciária o total que devemos reverter em Projetos Filantrópicos.

22 Renúncia fiscal

Em atendimento ao item 27, letra “c” da ITG 2002 (R1) - entidade sem finalidade de lucros, a Associação apresenta a seguir a relação dos tributos objetos da renúncia fiscal para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016:

- IRPJ (Imposto de renda da Pessoa Jurídica)
- CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido)
- ISSQN (Imposto sobre Prestação de Serviços de Qualquer Natureza)
- COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) sobre as receitas próprias
- ITCMD (Imposto sobre Transmissão “Causa Mortis” e Doação de quaisquer bens ou direitos)

23 Filantropia

A Sociedade atendendo a lei nº 8.742/93 art.18 inciso IV, foi registrada no Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS, pelo processo nº 00000.111880/1962-00, deferida em sessão realizada no dia 02 de maio de 1963.

Em 1º de abril de 2010 foi solicitada a 6ª renovação do CEAS, pelo processo nº 71010.005199/2009-38, o qual foi encaminhado ao Ministério da Saúde, como determina o art.21 da lei 12.101/2009, de 27 de novembro de 2009, publicada em 30 de novembro de 2009, sendo que enquanto este pedido estiver em análise junto ao DCEBAS, mantém-se válida a certificação anterior.

Também no de 2009, a Sociedade passou a integrar o Grupo de Hospitais Estratégicos de Excelência junto ao Ministério da Saúde, para cumprimento à Lei nº 12.101 de 27 de novembro de 2009, ao Decreto nº 7.237 de 20 de julho de 2010 e à Portaria nº 2.734/GM - MS de 17 de novembro de 2008, referente a aplicação de projetos filantrópicos junto ao Ministério da Saúde.

Com base na regra estabelecida pelo Ministério da Saúde, detalhada na nota 17, a Sociedade deverá aplicar aos projetos estabelecidos os valores que obteve de contribuições imunes respeitando-se a aplicação integral dentro do triênio 2015-2016-2017.

*Sociedade Beneficente de
Senhoras Hospital Sírío-Libanês
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2017 e 2016*

Os valores aplicados no triênio em relação aos isenções usufruídas estão detalhados a seguir bem como as isenções usufruídas, destacando-se que os gastos em projetos foram superiores as isenções do período.

| | 2017 | 2016 |
|---|----------------|----------------|
| Recursos aplicados em filantropia no período | 202.901 | 124.133 |
| Glosa | <u>-</u> | <u>(871)</u> |
| Recursos líquido aplicados em filantropia no período | <u>202.901</u> | <u>123.262</u> |
| | | |
| Isenções usufruídas | 2017 | 2016 |
| COFINS | 56.075 | 47.332 |
| INSS Cota Patronal | <u>106.964</u> | <u>96.289</u> |
| Total de isenções usufruídas | <u>163.039</u> | <u>143.621</u> |

* * *

Marta Kehdi Schahin
Presidente da Sociedade Beneficente de Senhoras

Anna Maria Tuma Zacharias
Presidente do Conselho Deliberativo

Paulo Chapchap
Diretor Geral

Fernando Andreatta Torelly
Diretor Executivo

Carlos Alberto Marsal
Diretor Financeiro

Felipe Alves Teixeira
Contador
CRC 1SP300919/O-3